



**SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA
COORDENADORIA DE ENSINO – COE
COORDENAÇÃO DE ENSINO PRESENCIAL E DE PÓS-GRADUAÇÃO
ESPECIALIZAÇÃO EM GERENCIAMENTO DE SEGURANÇA PÚBLICA**

DIOGO ANTUNES BERNARD OLIVEIRA

**INTEGRAÇÃO ENTRE A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E A AÇÃO
OPERACIONAL: percepções de impactos no cotidiano da 14ª CIPM**

GOIÂNIA – GO

2026



DIOGO ANTUNES BERNARD OLIVEIRA

**INTEGRAÇÃO ENTRE A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E A AÇÃO
OPERACIONAL: percepções de impactos no cotidiano da 14ª CIPM**

Artigo apresentado como exigência parcial para conclusão do Curso de Especialização em Gerenciamento em Segurança Pública (CEGESP), pela Secretaria de Segurança Pública do Estado de Goiás - SSP, sob a orientação do Prof. Dr. Leonardo Bernardes Melo Cavalcanti.

GOIÂNIA – GO

2026

INTEGRAÇÃO ENTRE A ATIVIDADE DE INTELIGÊNCIA E A AÇÃO OPERACIONAL: percepções de impactos no cotidiano da 14ª CIPM

INTEGRATION BETWEEN INTELLIGENCE ACTIVITY AND OPERATIONAL ACTION: perceptions of the impacts on the daily life of the 14th CIPM

Aluno: Diogo Antunes Bernard Oliveira¹
Orientador: Leonardo Bernardes Melo Cavalcanti²

Resumo: O presente estudo analisa a integração entre a atividade de inteligência e a ação operacional no cotidiano da 14ª Companhia Independente de Polícia Militar, com foco nas percepções dos policiais militares sobre os impactos dessa articulação no policiamento ostensivo. A pesquisa parte do problema relacionado à forma como as informações de inteligência são acessadas, compreendidas e utilizadas pelas equipes operacionais. O objetivo geral consiste em mensurar e analisar, por meio de dados quantitativos, as percepções dos policiais militares da 14ª CIPM sobre os impactos dessa integração, identificando seus efeitos no planejamento, na prevenção criminal, na segurança das guarnições e na redução de ações improvisadas. A metodologia adotada caracteriza-se como aplicada, descritiva e quantitativa, com raciocínio dedutivo, pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento de campo. A coleta de dados ocorreu por meio de questionário fechado aplicado a 52 policiais militares da unidade. Os resultados indicaram percepção majoritariamente positiva sobre a contribuição da inteligência para a eficiência operacional, a definição de áreas prioritárias e a prevenção de crimes. Também foram identificadas dificuldades relacionadas à padronização dos repasses, ao sigilo, à comunicação e ao treinamento. Conclui-se que a integração entre inteligência e operação é relevante e funcional, mas requer aprimoramento institucional para alcançar maior regularidade, clareza e efetividade na rotina da 14ª CIPM.

Palavras-chave: Inteligência Policial; Ação Operacional; Segurança Pública; Gestão da Informação; Policiamento Ostensivo.

Abstract: This study analyzes the integration between intelligence activity and operational action in the daily life of the 14th Independent Military Police Company, focusing on military police officers' perceptions of the impacts of this integration on overt policing. The research addresses the problem related to how intelligence information is accessed, understood, and used by operational teams. The general objective is to measure and analyze, through quantitative data, the perceptions of military police officers from the 14th CIPM regarding the impacts of this integration, identifying its effects on planning, crime prevention, the safety of police teams, and the reduction of improvised actions. The methodology adopted is characterized as applied, descriptive, and quantitative, using deductive reasoning, bibliographic research, documentary research, and field research. Data were collected through a closed-ended questionnaire administered to 52 military police officers from the unit. The results indicated a predominantly positive perception of the contribution of intelligence to operational efficiency, the definition of priority areas, and crime prevention. Difficulties related to the standardization of information sharing, confidentiality, communication, and training were also identified. It is concluded that the integration between intelligence and operations is relevant and functional, but requires institutional improvement to achieve greater regularity, clarity, and effectiveness in the routine of the 14th CIPM.

Keywords: Police Intelligence; Operational Action; Public Security; Information Management; Ostensive Policing.

¹ Aluno: Gestor em Segurança Pública, Bacharel em Direito, Formado no 18º Curso de Operações de Inteligência da Polícia Militar do Estado de Goiás, Comandante da 14ª CIPM.

² Orientador: Doutor em Direitos Humanos, Bacharel em Direito, Coronel da Polícia Militar do Estado de Goiás, Comandante do 11º Comando Regional de Polícia Militar.

1. INTRODUÇÃO

A segurança pública brasileira tem enfrentado desafios que exigem maior capacidade de planejamento, integração institucional e uso qualificado de informações. A atuação policial, especialmente no policiamento ostensivo, não pode permanecer limitada à resposta imediata às ocorrências, pois a complexidade dos fenômenos criminais impõe decisões mais orientadas por dados, análise territorial e leitura estratégica dos riscos. A Lei n.º 13.675/2018, ao instituir o Sistema Único de Segurança Pública, reforça a necessidade de atuação coordenada, integrada e cooperativa entre os órgãos responsáveis pela preservação da ordem pública (Brasil, 2018).

No campo da inteligência de segurança pública, a produção de conhecimento assume função relevante no assessoramento da decisão policial. A Lei n.º 9.883/1999 instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência, enquanto o Decreto n.º 3.695/2000 criou o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, fortalecendo a articulação entre informação, análise e ação estatal (Brasil, 1999; Brasil, 2000). A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública também destaca que a atividade de inteligência deve apoiar decisões institucionais, preservando o sigilo necessário e a finalidade pública da informação produzida (Brasil, 2009).

A Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública e a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública reafirmam a importância da inteligência como instrumento de assessoramento decisório, integração e enfrentamento qualificado da criminalidade (Brasil, 2021a; Brasil, 2021b). Na mesma direção, o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030 valoriza o planejamento, o monitoramento de indicadores e o uso de dados na formulação de respostas mais eficientes (Brasil, 2021c). A gestão policial, nessa perspectiva, depende menos de improviso e mais de fluxos informacionais organizados.

A discussão também se aproxima do debate sobre policiamento baseado em evidências, análise criminal e gestão de dados. Lima e Barros (2022) apontam que a produção e o uso de estatísticas criminais ainda representam desafio importante no Brasil, especialmente quando os dados não são convertidos em decisões práticas. Lui e Sales (2024) indicam que o policiamento baseado em evidências busca aproximar pesquisa, dados e atuação policial. Matarazzo *et al.* (2022) acrescentam que essa incorporação depende de condições organizacionais, cultura institucional e capacidade analítica.

Nesse contexto, a presente pesquisa tem como tema a integração entre a atividade de inteligência e a ação operacional, delimitando-se às percepções dos policiais militares acerca dos impactos dessa articulação no cotidiano da 14ª Companhia Independente de Polícia Militar. O estudo concentra-se na realidade institucional da unidade pesquisada, considerando a percepção dos policiais militares acerca do acesso às informações de inteligência, da clareza dos repasses, da utilidade operacional dos dados, da comunicação entre setores e dos efeitos percebidos no planejamento e na execução do policiamento ostensivo.

O problema de pesquisa parte da seguinte questão: como os policiais militares da 14ª CIPM percebem os impactos da integração entre a atividade de inteligência e a ação operacional no cotidiano do policiamento ostensivo? A pergunta permite investigar um aspecto diretamente relacionado à gestão pública, pois envolve tomada de decisão, circulação de informação, racionalização de recursos, segurança das guarnições, definição de áreas prioritárias e capacidade de prevenção criminal. O foco não recai sobre operações específicas ou dados sigilosos, mas sobre a percepção institucional dos profissionais envolvidos, mapeada e analisada de forma agregada por meio de indicadores estatísticos descritivos.

O objetivo geral consiste em mensurar e analisar, por meio de indicadores quantitativos obtidos mediante questionário estruturado, as percepções dos policiais militares da 14ª CIPM acerca dos impactos da integração entre a atividade de inteligência e a ação operacional no cotidiano do policiamento ostensivo. Como objetivos específicos, busca-se identificar a utilidade atribuída à inteligência no planejamento operacional, medir a clareza e a frequência dos repasses informacionais, avaliar as percepções dos policiais acerca dos impactos da integração na prevenção criminal e investigar dificuldades relacionadas à comunicação, sigilo, padronização, treinamento e uso operacional dos dados.

A pesquisa justifica-se pela necessidade de compreender como a inteligência pode contribuir para uma atuação policial mais planejada, segura e eficiente. A relevância social está relacionada à melhoria da prestação do serviço público de segurança, pois ações mais bem orientadas tendem a favorecer a prevenção de crimes e a proteção da população. A relevância institucional aparece na possibilidade de oferecer diagnóstico útil à 14ª CIPM, indicando potencialidades e fragilidades da integração entre inteligência e operação.

Metodologicamente, o estudo caracteriza-se como pesquisa aplicada, descritiva e de abordagem quantitativa. O método de raciocínio adotado foi o dedutivo, partindo de fundamentos

legais, doutrinários e teóricos para examinar uma realidade institucional específica. Os procedimentos técnicos envolveram pesquisa bibliográfica, pesquisa documental e levantamento de campo. A coleta de dados foi realizada por meio de questionário estruturado, composto por perguntas fechadas, aplicado a policiais militares da 14ª CIPM, com análise por estatística descritiva simples, mediante frequências, percentuais, médias e gráficos.

O trabalho foi estruturado em seções articuladas. A primeira apresenta a introdução, a delimitação do tema, o problema, os objetivos, a justificativa e a metodologia resumida. A segunda discute os fundamentos legais e doutrinários da inteligência de segurança pública. A terceira aborda o uso de dados, o policiamento baseado em evidências e o planejamento operacional. A quarta trata dos procedimentos metodológicos. A quinta analisa os resultados da pesquisa de campo. A última seção apresentará as considerações finais do estudo.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A revisão da literatura permite compreender a integração entre a atividade de inteligência e a ação operacional como questão vinculada à gestão da segurança pública, ao uso estratégico da informação e à capacidade institucional de transformar dados em decisões. No contexto policial, a inteligência não se limita à coleta de informações, pois envolve análise, produção de conhecimento, proteção de dados sensíveis e assessoramento ao processo decisório. Quando articulada à ação operacional, pode contribuir para planejamento mais preciso, prevenção criminal, definição de áreas prioritárias e maior segurança das guarnições.

O marco inicial da inteligência no Brasil encontra respaldo na Lei n.º 9.883/1999, que instituiu o Sistema Brasileiro de Inteligência e criou a Agência Brasileira de Inteligência. A norma estabelece a inteligência como atividade voltada à obtenção, análise e disseminação de conhecimentos necessários ao processo decisório do Estado, com foco na proteção da sociedade e das instituições nacionais (Brasil, 1999). Embora a lei possua abrangência ampla, sua lógica de integração informacional oferece base importante para compreender a inteligência aplicada à segurança pública.

No campo específico da segurança pública, o Decreto n.º 3.695/2000 criou o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, inserido no Sistema Brasileiro de Inteligência. Esse decreto aproximou a atividade de inteligência das demandas ligadas à preservação da ordem pública, à

incolumidade das pessoas e à proteção do patrimônio (Brasil, 2000). Tal previsão reforça que a produção de conhecimento precisa dialogar com a atuação concreta dos órgãos policiais, principalmente quando as ações operacionais dependem de informações oportunas, confiáveis e adequadas ao contexto territorial.

A Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública oferece fundamentos para a compreensão da inteligência como atividade especializada, organizada por princípios, métodos e produtos próprios. O documento ressalta que a inteligência deve produzir conhecimento útil à decisão, preservando o sigilo necessário e observando a finalidade pública da informação (Brasil, 2009). Esse equilíbrio é essencial para a integração com a operação, pois o sigilo não pode inviabilizar o uso legítimo dos dados pelas equipes responsáveis pela execução das ações policiais.

A Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social, instituída pela Lei n.º 13.675/2018, fortaleceu a ideia de integração entre órgãos, sistemas, políticas e ações voltadas à segurança pública. Ao criar o Sistema Único de Segurança Pública, a norma estabeleceu diretrizes de cooperação, coordenação, planejamento e avaliação, indicando que a atuação policial deve superar a fragmentação institucional (Brasil, 2018). Esse fundamento é relevante para o presente estudo, pois a integração entre inteligência e operação representa expressão interna dessa lógica de gestão coordenada.

A Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública, instituída pelo Decreto n.º 10.777/2021, reforça a inteligência como instrumento de assessoramento decisório, integração e produção de conhecimento para enfrentamento da violência e da criminalidade (Brasil, 2021a). A Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública, aprovada pelo Decreto n.º 10.778/2021, complementa esse direcionamento ao estabelecer objetivos voltados ao fortalecimento das capacidades institucionais, ao compartilhamento de conhecimentos e à governança da atividade de inteligência (Brasil, 2021b).

O Decreto n.º 10.822/2021, que instituiu o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030, também contribui para esse debate ao destacar a necessidade de planejamento, monitoramento, avaliação e uso de indicadores no campo da segurança pública (Brasil, 2021c). A gestão operacional, quando orientada por dados, tende a reduzir improvisos e ampliar a racionalidade no emprego dos recursos disponíveis.

A Doutrina da Atividade de Inteligência, publicada pela Agência Brasileira de Inteligência, apresenta a inteligência como atividade voltada à produção de conhecimentos para apoiar

autoridades em processos decisórios, exigindo método, oportunidade, pertinência e proteção das informações sensíveis (Agência Brasileira de Inteligência, 2023). Embora se situe no campo geral da inteligência de Estado, a doutrina contribui para compreender que o valor da informação depende de sua capacidade de orientar decisões concretas, inclusive em ambientes operacionais marcados por risco e urgência.

2.1 Inteligência de segurança pública, gestão da informação e ação operacional

A literatura recente sobre dados criminais aponta que a segurança pública brasileira ainda enfrenta dificuldades na produção, organização e utilização de informações. Lima e Barros (2022) analisam a produção e o uso de estatísticas criminais no Brasil e destacam que os dados precisam ser compreendidos como insumos para decisões públicas, não apenas como registros administrativos. Essa contribuição dialoga diretamente com o tema investigado, pois a inteligência operacional depende da conversão de dados dispersos em conhecimento útil para planejamento, prevenção e resposta policial.

O 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública evidencia a centralidade dos indicadores criminais para compreender a dinâmica da violência no país e orientar políticas públicas mais consistentes (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025). Embora o documento tenha amplitude nacional, sua relevância para a presente pesquisa está na demonstração de que a segurança pública demanda leitura sistemática de dados. Em escala local, uma companhia policial também precisa transformar informações em decisões operacionais coerentes com sua realidade territorial.

Guimarães e Tsunoda (2024) investigam a publicação de dados sobre segurança pública pelas secretarias estaduais e apontam limitações relacionadas à disponibilidade, padronização e transparência das estatísticas criminais. O estudo contribui para compreender que o problema informacional não se restringe à ausência de dados, mas envolve qualidade, circulação e capacidade de uso. Na relação entre inteligência e operação, essa questão aparece quando informações produzidas não chegam de modo regular, claro ou aplicável às equipes responsáveis pelo policiamento ostensivo.

A discussão sobre policiamento baseado em evidências amplia a compreensão da inteligência como ferramenta de gestão. Lui e Sales (2024) identificam crescimento do debate sobre práticas policiais orientadas por evidências, ressaltando a importância de pesquisas, dados e avaliações na formulação de estratégias de segurança. Essa abordagem não elimina a experiência

policial, mas propõe que ela seja articulada a informações qualificadas. Na prática, trata-se de evitar que decisões complexas dependam apenas de intuição, hábito ou pressão momentânea.

Matarazzo *et al.* (2022) observam que o policiamento baseado em evidências exige condições organizacionais específicas, como cultura institucional favorável, capacidade analítica, liderança, treinamento e mecanismos de incorporação dos dados à prática. Essa contribuição é fundamental para o presente estudo, pois mostra que a integração entre inteligência e operação não é apenas questão técnica. Relatórios, sistemas e bancos de dados pouco produzem se a organização não cria condições para que a informação seja compreendida, aceita e utilizada pelas equipes.

2.2 Planejamento operacional, governança e integração institucional

A integração entre inteligência e ação operacional também pode ser compreendida a partir da lógica de planejamento, resposta e avaliação. Silva e Costa (2023), ao discutirem o método IARA e sua aplicação nas políticas de segurança pública, destacam a importância das etapas de identificação, análise, resposta e avaliação na atuação policial. Esse modelo contribui para pensar a inteligência como parte de um ciclo gerencial, no qual problemas são diagnosticados, enfrentados e reavaliados a partir de dados e resultados.

A coordenação entre instituições e setores representa outro eixo relevante para a gestão da segurança pública. Oliveira Junior *et al.* (2025) analisam o desafio da coordenação interagências no enfrentamento do crime organizado, destacando a importância da integração informacional e da articulação entre diferentes atores. Embora o presente trabalho tenha recorte interno na 14ª CIPM, o argumento se aplica à relação entre inteligência e operação: sem coordenação, a informação tende a circular de modo limitado, fragmentado ou tardio.

A literatura e os documentos oficiais convergem ao indicar que a inteligência deve servir ao processo decisório e não permanecer isolada da prática operacional. A legislação estrutura sistemas, políticas e planos; as doutrinas definem princípios e métodos; os estudos recentes demonstram a importância dos dados, da evidência e das condições organizacionais. O desafio aparece justamente na passagem entre esses níveis. A gestão policial precisa converter conhecimento em ação, preservando sigilo, padronizando fluxos e qualificando o uso das informações.

No âmbito da 14ª CIPM, essa revisão sustenta a análise das percepções dos policiais sobre a integração entre inteligência e ação operacional. O tema envolve normas nacionais, doutrina

especializada e estudos científicos sobre dados, evidências, planejamento e coordenação. A pesquisa parte dessa base para examinar se os profissionais percebem a inteligência como recurso útil ao planejamento, à prevenção criminal, à segurança das guarnições e à redução de imprevistos.

3. METODOLOGIA

A presente pesquisa caracteriza-se como aplicada, descritiva e de abordagem quantitativa, utilizando o método dedutivo para analisar a integração entre a atividade de inteligência e a ação operacional na 14ª Companhia Independente de Polícia Militar (14ª CIPM). O estudo parte dos fundamentos legais, doutrinários e teóricos relacionados à inteligência de segurança pública para mensurar e analisar a percepção dos policiais militares acerca da utilização das informações de inteligência no cotidiano operacional.

Embora o objeto de estudo seja a percepção dos policiais militares acerca da integração entre inteligência e operação, essa percepção foi mensurada por meio de questionário estruturado composto exclusivamente por perguntas fechadas, respondidas em escala do tipo Likert, permitindo o tratamento estatístico dos dados e a análise quantitativa dos resultados.

Quanto aos procedimentos técnicos, foram empregados levantamento bibliográfico, pesquisa documental e levantamento de campo. A pesquisa bibliográfica fundamentou o referencial teórico a partir de obras e estudos relacionados à inteligência de segurança pública, gestão da informação, policiamento baseado em evidências e planejamento operacional. A pesquisa documental contemplou legislações, decretos, doutrinas e documentos oficiais relacionados ao tema. O levantamento de campo foi realizado por meio da aplicação de questionário estruturado aos policiais militares da unidade pesquisada.

O universo da pesquisa compreende os policiais militares da 14ª CIPM, especialmente aqueles vinculados ao policiamento ostensivo, supervisão operacional, planejamento, apoio administrativo-operacional e atividade de inteligência. A amostra foi composta por 52 participantes, em um universo de 66 policiais lotados na unidade militar, selecionados por conveniência, considerando a disponibilidade dos policiais e a adesão voluntária ao instrumento de coleta. Embora esse tipo de amostragem não permita generalizações para outras unidades policiais, mostra-se adequado ao objetivo de compreender a realidade específica da organização estudada.

A coleta de dados foi realizada mediante formulário eletrônico elaborado na plataforma Google Forms. O questionário foi composto por perguntas fechadas organizadas em blocos temáticos relacionados ao perfil profissional dos participantes, acesso às informações de inteligência, integração entre inteligência e operação, impactos operacionais percebidos, dificuldades identificadas e avaliação geral da integração. A maior parte das questões utilizou escala do tipo Likert com cinco alternativas de resposta, variando entre discordância total e concordância total.

Após a coleta, os dados foram revisados e organizados em planilha eletrônica para tratamento estatístico. As respostas foram codificadas numericamente, atribuindo-se valores de 1 a 5 às questões em escala Likert, permitindo o cálculo de frequências absolutas, percentuais e médias. Os resultados foram apresentados por meio de tabelas e gráficos, possibilitando identificar tendências predominantes e padrões de percepção entre os participantes.

A interpretação dos resultados foi realizada à luz do referencial teórico adotado, relacionando os dados empíricos às discussões sobre inteligência de segurança pública, gestão da informação, planejamento operacional e policiamento baseado em evidências. Esse procedimento permitiu compreender os resultados para além da simples descrição estatística, vinculando-os ao problema de pesquisa e aos objetivos estabelecidos.

Quanto aos aspectos éticos, a pesquisa preservou o anonimato dos participantes e não coletou informações capazes de identificá-los individualmente. A participação ocorreu de forma voluntária e os dados foram analisados de maneira agregada, sem exposição de informações sensíveis, operacionais ou sigilosas da instituição.

Como limitação metodológica, destaca-se a utilização de amostragem por conveniência e o recorte restrito à 14ª CIPM, fatores que impedem a generalização dos resultados para outras unidades policiais. Ainda assim, o estudo fornece diagnóstico relevante sobre a percepção dos profissionais diretamente envolvidos com a atividade operacional e com o uso de informações de inteligência na unidade pesquisada.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A presente seção apresenta e discute os resultados obtidos por meio do questionário aplicado aos policiais militares da 14ª CIPM. A pesquisa contou com 52 respostas válidas, número

superior ao mínimo inicialmente previsto de 40 participantes, o que permite uma análise quantitativa descritiva adequada aos objetivos do estudo. Os dados foram organizados a partir dos blocos do instrumento de coleta: perfil dos respondentes, acesso às informações de inteligência, integração entre inteligência e ação operacional, impactos no cotidiano operacional, dificuldades percebidas e avaliação geral.

4.1 Perfil dos respondentes e caracterização da amostra

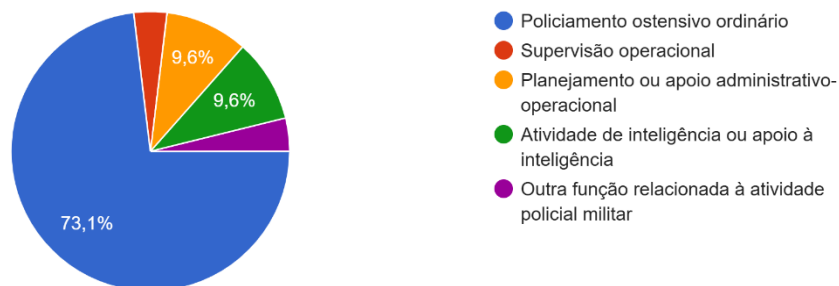
Tabela 1 – Perfil profissional dos respondentes

<i>Variável</i>	<i>Categoria predominante</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
<i>Tempo de serviço na Polícia Militar</i>	De 7 a 10 anos	30	57,7%
<i>Tempo de serviço na Polícia Militar</i>	Mais de 10 anos	19	36,5%
<i>Tempo de atuação na 14ª CIPM</i>	De 1 a 3 anos	20	38,5%
<i>Função predominante</i>	Policimento ostensivo ordinário	38	73,1%
<i>Atividade de inteligência ou apoio</i>	Atividade de inteligência ou apoio à inteligência	5	9,6%
<i>Planejamento ou apoio administrativo-operacional</i>	Planejamento ou apoio	5	9,6%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Forms (2026).

Os dados sugerem a predominância de policiais militares com experiência profissional e atuação no policiamento ostensivo, perfil compatível com os objetivos da pesquisa. Essa composição confere maior consistência às respostas, uma vez que os participantes vivenciam diretamente a utilização das informações de inteligência no planejamento e na execução das ações operacionais.

Gráfico 1 – Função predominante dos respondentes



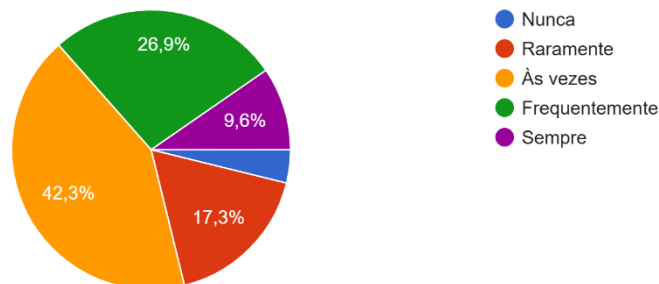
Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Forms (2026).

A leitura do Gráfico 1 permite observar que 38 participantes, equivalentes a 73,1%, indicaram o policiamento ostensivo ordinário como função predominante. Outros 5 respondentes, correspondentes a 9,6%, apontaram atuação em atividade de inteligência ou apoio à inteligência, enquanto 5 participantes, também 9,6%, declararam exercer planejamento ou apoio administrativo-operacional. Supervisão operacional e outras funções relacionadas à atividade policial militar aparecem com 2 respostas cada, representando 3,8% em cada categoria. Essa distribuição reforça a visão operacional da pesquisa.

A presença de respondentes da atividade ostensiva, somada à participação de policiais ligados à inteligência, ao planejamento e à supervisão, permite uma leitura mais equilibrada da integração entre setores. Embora a maioria represente a ponta operacional, também há respostas de profissionais próximos ao planejamento e à produção ou apoio de informações. Isso contribui para que os dados não expressem apenas a visão de um único segmento da unidade, embora o olhar predominante seja, coerentemente, o da execução operacional.

4.2 Participação em ações planejadas com base em informações prévias

Gráfico 2 – Participação em ações operacionais planejadas com base em informações prévias



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Forms (2026).

Os resultados mostram que 22 participantes, correspondentes a 42,3%, afirmaram participar “às vezes” de ações operacionais planejadas com base em informações prévias. Outros 14 respondentes, equivalentes a 26,9%, indicaram participar frequentemente, e 5 participantes, 9,6%, declararam participar sempre. Já 9 policiais, 17,3%, responderam raramente, enquanto 2, 3,8%, afirmaram nunca participar. A soma das respostas “frequentemente” e “sempre” alcança 36,5%, revelando que o uso planejado da informação existe, mas ainda não se consolidou como prática plenamente regular.

Esse resultado evidencia uma nuance importante para a pesquisa. A inteligência aparece como componente presente no cotidiano, mas ainda de modo intermediário. A maior concentração na alternativa “às vezes” sugere que o planejamento orientado por informações prévias depende de circunstâncias, disponibilidade de dados, comunicação interna ou priorização do comando. No plano teórico, a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública e a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública defendem o uso da inteligência como suporte decisório e instrumento de integração (Brasil, 2021a; Brasil, 2021b). Os dados indicam que essa diretriz encontra aderência parcial na rotina pesquisada.

A análise também dialoga com o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030, que valoriza planejamento, monitoramento e uso de indicadores no campo da segurança pública (Brasil, 2021c). A participação apenas eventual em ações planejadas com base em informações prévias sugere espaço para fortalecer rotinas de planejamento operacional. Não se trata de ausência de inteligência, mas de necessidade de institucionalizar seu uso com maior regularidade, evitando que a informação qualificada seja acionada apenas em situações específicas.

4.3 Acesso às informações de inteligência

Tabela 2 – Percepção sobre acesso às informações de inteligência

<i>Questão analisada</i>	<i>Discordância total ou parcial</i>	<i>Neutralidade</i>	<i>Concordância parcial ou total</i>	<i>Média</i>
<i>Informações chegam em tempo adequado</i>	11,5%	15,4%	73,1%	3,96
<i>Informações são claras e compreensíveis</i>	5,7%	15,4%	78,9%	4,00
<i>Detalhamento é suficiente para decisão</i>	9,6%	15,4%	75,0%	3,98
<i>Existe regularidade no repasse</i>	15,4%	17,3%	67,3%	3,77

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Forms (2026).

Os resultados revelam percepção favorável quanto ao acesso às informações de inteligência, especialmente em relação à clareza e ao nível de detalhamento das informações disponibilizadas. Entretanto, a menor média obtida no indicador referente à regularidade do compartilhamento evidencia oportunidade de aperfeiçoamento dos fluxos de comunicação entre os setores de inteligência e as equipes operacionais.

Esses resultados corroboram Lima e Barros (2022) e Guimarães e Tsunoda (2024), ao evidenciarem que a qualidade e a circulação das informações influenciam diretamente sua utilização no contexto da segurança pública.

4.4 Integração entre inteligência e ação operacional

Tabela 3 – Percepção sobre integração entre inteligência e ação operacional

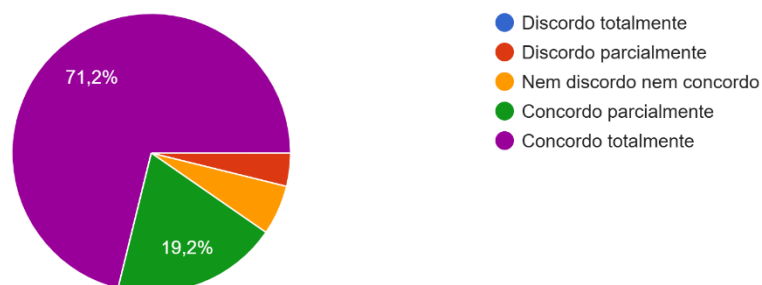
<i>Questão analisada</i>	<i>Discordância total ou parcial</i>	<i>Neutralidade</i>	<i>Concordância parcial ou total</i>	<i>Média</i>
<i>Inteligência contribui para o planejamento</i>	3,8%	9,6%	86,6%	4,46
<i>Existe boa comunicação entre setores</i>	17,3%	11,5%	71,2%	3,85
<i>Ajuda a definir áreas prioritárias</i>	1,9%	5,8%	92,3%	4,48
<i>Torna a atuação operacional mais eficiente</i>	3,8%	5,8%	90,4%	4,58

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Forms (2026).

Os participantes reconheceram que a atividade de inteligência contribui para o planejamento operacional, a definição de áreas prioritárias e o aumento da eficiência das ações policiais. Apesar da avaliação positiva, os resultados indicam espaço para fortalecer a comunicação entre os setores envolvidos.

Essa percepção está alinhada ao entendimento de que a integração entre inteligência e operação constitui elemento essencial para o planejamento baseado em evidências.

Gráfico 3 – Percepção sobre a eficiência operacional com uso de informações de inteligência



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Forms (2026).

O Gráfico 3 evidencia que 37 respondentes, equivalentes a 71,2%, concordam totalmente que a atuação operacional da 14ª CIPM se torna mais eficiente quando utiliza informações

produzidas pela atividade de inteligência. Outros 10 participantes, 19,2%, concordam parcialmente. Apenas 2 respondentes, 3,8%, discordam parcialmente, e 3, 5,8%, não concordam nem discordam. O resultado aponta forte adesão à ideia de que inteligência e eficiência operacional caminham juntas na percepção da tropa pesquisada.

Essa percepção se aproxima do debate sobre policiamento baseado em evidências. Lui e Sales (2024) destacam que práticas policiais orientadas por dados e evidências tendem a qualificar decisões institucionais. Matarazzo *et al.* (2022) acrescentam que essa incorporação depende de condições organizacionais, cultura interna e capacidade analítica. Os resultados da 14ª CIPM indicam que há reconhecimento do valor da inteligência, mas a comunicação entre setores ainda pode ser aperfeiçoada para transformar esse reconhecimento em rotina estável.

4.5 Impactos percebidos no cotidiano operacional

Tabela 4 – Impactos percebidos da inteligência no cotidiano operacional

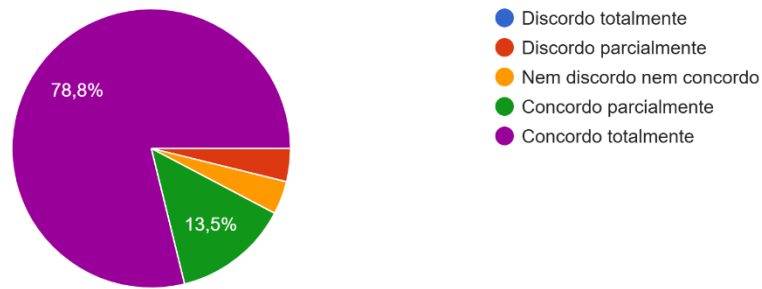
<i>Questão analisada</i>	<i>Discordância parcial</i>	<i>Neutralidade</i>	<i>Concordância parcial ou total</i>	<i>Média</i>
<i>Reduz ações improvisadas</i>	3,8%	5,8%	90,4%	4,62
<i>Aumenta a segurança das guarnições</i>	3,8%	5,8%	90,4%	4,58
<i>Melhora a prevenção de crimes</i>	3,8%	3,8%	92,3%	4,67
<i>Contribui para abordagens direcionadas</i>	3,8%	3,8%	92,3%	4,63

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Forms (2026).

Os resultados indicam que, na percepção dos policiais militares participantes, a utilização das informações de inteligência está associada a reflexos positivos no cotidiano operacional, contribuindo para abordagens mais direcionadas, maior segurança das equipes e fortalecimento das ações preventivas.

Referidos números convergem com a literatura que destaca a inteligência como instrumento de apoio à tomada de decisão e à melhoria da eficiência operacional.

Gráfico 4 – Percepção sobre a contribuição da integração para a prevenção de crimes



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Forms (2026).

O Gráfico 4 mostra que 41 participantes, correspondentes a 78,8%, percebem que a integração entre inteligência e ação operacional contribui para melhorar a capacidade de prevenção de crimes na área da 14ª CIPM. Outros 7 participantes, 13,5%, concordam parcialmente. Apenas 2 respondentes, 3,8%, discordam parcialmente, e 2, 3,8%, não concordam nem discordam. O resultado reforça, na percepção dos participantes, a importância da inteligência como ferramenta preventiva, não apenas repressiva ou reativa.

A interpretação desse dado conversa com o 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública, que destaca a importância de indicadores para compreender dinâmicas criminais e orientar políticas públicas (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025). Em escala local, a inteligência operacional pode transformar dados e informações em ações preventivas mais direcionadas. O método IARA, discutido por Silva e Costa (2023), também ajuda a compreender essa lógica, pois envolve identificação, análise, resposta e avaliação, etapas compatíveis com uma atuação policial menos improvisada.

4.6 Dificuldades e limitações percebidas

Tabela 5 – Dificuldades percebidas na integração entre inteligência e operação

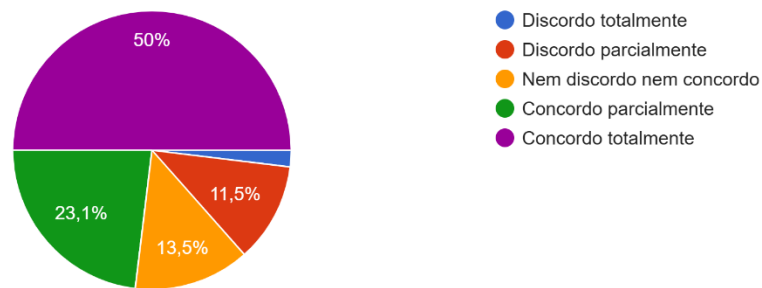
<i>Questão analisada</i>	<i>Discordância total ou parcial</i>	<i>Neutralidade</i>	<i>Concordância parcial ou total</i>	<i>Média</i>
<i>Excesso de sigilo dificulta aproveitamento</i>	21,2%	13,5%	65,4%	3,73
<i>Falta de padronização prejudica integração</i>	13,4%	13,5%	73,1%	4,08
<i>Rotina operacional dificulta uso adequado</i>	30,8%	15,4%	53,8%	3,27
<i>Falta de treinamento limita compreensão e uso</i>	11,6%	21,2%	67,3%	3,90

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Forms (2026).

Embora a percepção geral seja positiva, os participantes identificaram fatores que limitam o pleno aproveitamento da atividade de inteligência, destacando-se a necessidade de maior padronização dos fluxos de informação, capacitação dos profissionais e aperfeiçoamento dos processos de compartilhamento.

Esses aspectos revelam que a efetividade da inteligência depende não apenas da produção do conhecimento, mas também da existência de mecanismos institucionais capazes de assegurar sua adequada disseminação e utilização.

Gráfico 5 – Percepção sobre falta de padronização no repasse das informações



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Forms (2026).

O Gráfico 5 mostra que 26 respondentes, equivalentes a 50,0%, concordam totalmente que a falta de padronização prejudica a integração entre inteligência e operação. Outros 12 participantes, 23,1%, concordam parcialmente. Há ainda 7 respondentes, 13,5%, em posição neutra, 6, 11,5%, que discordam parcialmente, e 1, 1,9%, que discorda totalmente. A concentração de respostas positivas confirma que a padronização é um ponto crítico para o aprimoramento da gestão informacional na 14ª CIPM.

Essa dificuldade dialoga com Oliveira Junior *et al.* (2025), ao destacarem que a coordenação interagências e a integração informacional são desafios relevantes no enfrentamento de problemas complexos de segurança pública. Embora o presente estudo trate de uma integração interna entre inteligência e operação, a lógica é semelhante: informações dispersas, pouco padronizadas ou mal coordenadas reduzem a capacidade de ação organizada.

4.7 Avaliação geral da integração e necessidade de aprimoramento

Tabela 6 – Avaliação geral da integração e do impacto da inteligência

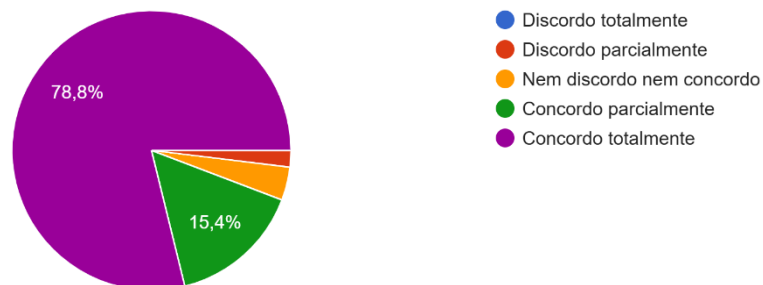
<i>Indicador</i>	<i>Categoria predominante</i>	<i>Frequência</i>	<i>Percentual</i>
<i>Avaliação atual da integração</i>	Boa	19	36,5%
<i>Avaliação atual da integração</i>	Muito boa	17	32,7%
<i>Avaliação atual da integração</i>	Regular	11	21,2%
<i>Impacto da inteligência na eficiência operacional</i>	Impacto muito alto	17	32,7%
<i>Impacto da inteligência na eficiência operacional</i>	Impacto moderado	17	32,7%
<i>Impacto da inteligência na eficiência operacional</i>	Alto impacto	16	30,8%

Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Forms (2026).

A avaliação geral confirma que os policiais militares reconhecem a relevância da atividade de inteligência para a eficiência operacional e consideram necessário ampliar sua integração com o planejamento e a execução das ações policiais.

Esse resultado reforça as conclusões obtidas nas seções anteriores e evidencia consenso entre os participantes quanto à importância da inteligência para o aprimoramento da atividade policial.

Gráfico 6 – Necessidade de aprimoramento da integração entre inteligência e operação



Fonte: Elaborado pelo autor com dados do Google Forms (2026).

O Gráfico 6 mostra que 41 participantes, equivalentes a 78,8%, concordam totalmente que a integração entre inteligência e operação deve ser aprimorada na rotina da 14ª CIPM. Outros 8 respondentes, correspondentes a 15,4%, concordam parcialmente. Apenas 2 participantes, 3,8%, não concordam nem discordam, e 1 respondente, 1,9%, discorda parcialmente. Somando

concordância parcial e total, chega-se a 94,2%, percentual que confirma a relevância prática do problema investigado.

Esse resultado sintetiza a principal conclusão empírica da pesquisa: a integração entre inteligência e operação é valorizada, reconhecida como útil e percebida como geradora de impactos positivos, mas ainda necessita de aprimoramento. O dado não indica ausência de integração, e sim demanda por aperfeiçoamento. A diferença é importante. O estudo não revela um cenário de ruptura entre inteligência e operação, mas uma relação funcional que pode ser fortalecida por padronização, treinamento, regularidade e melhor comunicação interna.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa analisou as percepções dos policiais militares da 14ª Companhia Independente de Polícia Militar (14ª CIPM) acerca dos impactos da integração entre a atividade de inteligência e a ação operacional, buscando compreender de que forma essa interação contribui para o planejamento e a execução das ações policiais.

Os resultados demonstraram que os participantes reconhecem a atividade de inteligência como importante instrumento de apoio ao planejamento operacional, à definição de áreas prioritárias de policiamento, ao direcionamento das abordagens e ao aumento da segurança das equipes durante o serviço. Também evidenciaram que o uso de informações qualificadas favorece decisões mais fundamentadas e contribui para maior eficiência das ações desenvolvidas pela unidade.

Por outro lado, a pesquisa identificou oportunidades de aperfeiçoamento relacionadas à regularidade do compartilhamento das informações, à padronização dos fluxos de comunicação entre os setores e à ampliação da capacitação dos policiais para utilização dos produtos de inteligência. Esses aspectos indicam que, embora a integração seja percebida de forma positiva, ainda existem fatores institucionais que podem limitar seu pleno aproveitamento.

O objetivo geral da pesquisa foi alcançado, assim como os objetivos específicos, uma vez que foi possível identificar as percepções dos policiais militares acerca dos impactos da integração entre inteligência e operação no cotidiano operacional e apontar as principais dificuldades existentes. Dessa forma, o problema de pesquisa foi respondido ao demonstrar que a atividade de

inteligência exerce influência positiva sobre o planejamento e a execução das ações policiais, embora sua efetividade dependa do fortalecimento dos mecanismos de integração institucional.

Os resultados mostraram-se coerentes com o referencial teórico adotado, especialmente quanto ao entendimento de que a inteligência deve atuar como instrumento de apoio à tomada de decisão e ao planejamento das ações de segurança pública. A convergência entre os dados obtidos e a literatura reforça a importância da produção, do compartilhamento e da utilização de informações qualificadas como elementos capazes de elevar a eficiência operacional.

Como limitação, destaca-se que o estudo foi realizado em uma única unidade da Polícia Militar de Goiás, utilizando amostragem por conveniência, circunstâncias que restringem a generalização dos resultados. Entretanto, essas características não comprometem o objetivo da pesquisa, que consistiu em compreender a realidade específica da 14ª CIPM.

Espera-se que este estudo contribua para o aperfeiçoamento das práticas de integração entre inteligência e operação, subsidiando o planejamento institucional e incentivando o fortalecimento dos fluxos de informação entre os setores envolvidos. Recomenda-se que pesquisas futuras ampliem o universo investigado, contemplando outras unidades policiais e diferentes métodos de análise, a fim de aprofundar a compreensão sobre os fatores que influenciam a efetividade da atividade de inteligência na segurança pública.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA BRASILEIRA DE INTELIGÊNCIA. **Doutrina da Atividade de Inteligência.**

Brasília, DF: ABIN, 2023. Disponível em: https://www.gov.br/abin/pt-br/assuntos/escola-de-inteligencia/arquivos_pdf/doutrina-da-atividade-de-inteligencia-2023.pdf/view. Acesso em: 14 mai. 2026.

BRASIL. **Decreto n.º 10.777, de 24 de agosto de 2021.** Institui a Política Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10777.htm. Acesso em: 11 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto n.º 10.778, de 24 de agosto de 2021.** Aprova a Estratégia Nacional de Inteligência de Segurança Pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 25 ago. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10778.htm. Acesso em: 20 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto n.º 10.822, de 28 de setembro de 2021.** Institui o Plano Nacional de Segurança Pública e Defesa Social 2021-2030. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 29 set. 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/decreto/d10822.htm. Acesso em: 7 jun. 2026.

BRASIL. **Decreto n.º 3.695, de 21 de dezembro de 2000.** Cria o Subsistema de Inteligência de Segurança Pública, no âmbito do Sistema Brasileiro de Inteligência, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 22 dez. 2000. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3695.htm. Acesso em: 18 mai. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 13.675, de 11 de junho de 2018.** Disciplina a organização e o funcionamento dos órgãos responsáveis pela segurança pública, cria a Política Nacional de Segurança Pública e Defesa Social e institui o Sistema Único de Segurança Pública. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 12 jun. 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/13675.htm. Acesso em: 3 jun. 2026.

BRASIL. **Lei n.º 9.883, de 7 de dezembro de 1999.** Institui o Sistema Brasileiro de Inteligência, cria a Agência Brasileira de Inteligência - ABIN, e dá outras providências. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 8 dez. 1999. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19883.htm. Acesso em: 2 jul. 2026.

BRASIL. Ministério da Justiça. Secretaria Nacional de Segurança Pública. **Doutrina Nacional de Inteligência de Segurança Pública.** Brasília, DF: Ministério da Justiça, Secretaria Nacional de Segurança Pública, 2009. 67 p. Disponível em: <https://dspace.mj.gov.br/handle/1/12918>. Acesso em: 26 jun. 2026.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública: 2025.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2025. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/items/c3605778-37b3-4ad6-8239-94e4cb236444>. Acesso em: 22 jun. 2026.

GUIMARÃES, A. J. R.; TSUNODA, D. F. Estatísticas criminais no Brasil: uma investigação da publicação de dados sobre segurança pública pelas secretarias estaduais. **Ciência da Informação**, Brasília, DF, v. 53, n. 2, 2024. DOI: <https://doi.org/10.18225/ci.inf.v53i.6880>. Disponível em: <https://revista.ibict.br/ciinf/article/view/6880>. Acesso em: 29 mai. 2026.

LIMA, R. S. de; BARROS, B. W. de. **Estatísticas de segurança pública: produção e uso de dados criminais no Brasil.** São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2022. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2022/09/estatisticas-de-seguranca-publica.pdf>. Acesso em: 5 jul. 2026.

LUI, L.; SALES, E. R. Policiamento baseado em evidências: uma revisão bibliométrica. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, São Paulo, v. 18, n. 1, p. 344-359, fev./mar. 2024. DOI: <https://doi.org/10.31060/rbsp.2024.v18.n1.1829>. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/1829>. Acesso em: 13 jun. 2026.

MATARAZZO, G.; ALCADIPANI, R.; FERNANDES, A.; THOMAZI, M. de. Condições organizacionais para o policiamento baseado em evidências: uma proposta a partir da literatura internacional. **Cadernos EBAPE.BR**, Rio de Janeiro, v. 20, n. 6, p. 919-930, nov./dez. 2022. DOI: <https://doi.org/10.1590/1679-395120220013>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/cebape/a/npkstnYFR8rJzBCPDYQv5rm/>. Acesso em: 21 jun. 2026.

OLIVEIRA JUNIOR, A. de; MENDES, C. S. M.; SILVA, M. P. H. da; GUIMARÃES, G. L. D. O desafio da coordenação interagências para o enfrentamento do crime organizado: o caso das atividades de inteligência de segurança pública no Brasil. **Em Sociedade**, Belo Horizonte, v. 7, n.

1, p. 114-135, 2025. DOI: <https://doi.org/10.5752/P.2595-7716.2025v7n1p114-135>. Disponível em: <https://periodicos.pucminas.br/emsociedade/article/view/36756>. Acesso em: 18 maio 2026.

SILVA, F. S. V. F. da; COSTA, E. N. O método IARA e a sua aplicação nas políticas de segurança pública: um estudo de caso na Polícia Militar do Piauí. **Revista Brasileira de Estudos de Segurança Pública**, Goiânia, v. 16, n. 1, 2023. DOI: <https://doi.org/10.29377/rebsp.v16i01.652>. Disponível em: <https://revista.ssp.go.gov.br/index.php/rebsp/article/view/652>. Acesso em: 8 maio 2026.

APÊNDICES

QUESTIONÁRIO DE PESQUISA

Integração entre a atividade de inteligência e a ação operacional: percepções e impactos no cotidiano da 14ª CIPM

Curso:	Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública (CEGESP)
Tipo de trabalho:	Pré-projeto
Natureza da pesquisa:	Quantitativa, descritiva e aplicada
Instrumento de coleta:	Questionário estruturado com perguntas fechadas
Público-alvo:	Policiais militares da 14ª CIPM
Pesquisador(a):	_____
Data de aplicação:	____/____/____

APRESENTAÇÃO AO PARTICIPANTE

Este questionário integra pesquisa acadêmica desenvolvida no Curso de Especialização em Gerenciamento de Segurança Pública, com o objetivo de levantar percepções sobre Integração entre a atividade de inteligência e a ação operacional: percepções de impactos no cotidiano da 14ª CIPM. A participação é voluntária, anônima e destinada exclusivamente à análise acadêmica dos dados. Não há necessidade de identificação nominal, funcional ou qualquer informação que permita reconhecer individualmente o respondente.

As respostas serão analisadas de forma agrupada, por meio de frequências, percentuais, médias simples e possíveis cruzamentos entre variáveis de perfil profissional e percepção institucional. Solicita-se que cada participante marque a opção que melhor represente sua percepção. Não existem respostas certas ou erradas, pois o interesse da pesquisa está na compreensão do modo como a integração entre inteligência e operação é percebida na rotina policial.

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO

Leia cada pergunta com atenção antes de responder.

Marque somente uma alternativa em cada questão.

Nas questões de percepção, utilize a escala de 1 a 5 apresentada em cada tabela.

BLOCO 1 - PERFIL PROFISSIONAL

1. Qual é seu tempo de serviço na Polícia Militar? (V1)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Menos de 1 ano	()
2 - De 1 a 5 anos	()
3 - De 6 a 10 anos	()
4 - De 11 a 20 anos	()
5 - Mais de 20 anos	()

2. Há quanto tempo atua ou atuou na 14ª CIPM? (V2)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Menos de 1 ano	()
2 - De 1 a 3 anos	()
3 - De 4 a 6 anos	()
4 - De 7 a 10 anos	()
5 - Mais de 10 anos	()

3. Qual função melhor representa sua atuação predominante? (V3)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Policiamento ostensivo ordinário	()
2 - Supervisão operacional	()
3 - Planejamento ou apoio administrativo-operacional	()
4 - Atividade de inteligência ou apoio à inteligência	()
5 - Outra função relacionada à atividade policial militar	()

4. Com que frequência você participa de ações operacionais planejadas com base em informações prévias? (V4)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Nunca	()
2 - Raramente	()
3 - Às vezes	()
4 - Frequentemente	()
5 - Sempre	()

BLOCO 2 - ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DE INTELIGÊNCIA

5. As informações de inteligência chegam às equipes operacionais em tempo adequado para orientar a ação policial. (V5)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

6. As informações repassadas costumam ser claras e compreensíveis para quem atua na atividade operacional. (V6)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

7. O nível de detalhamento das informações recebidas é suficiente para auxiliar a tomada de decisão durante o serviço. (V7)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

8. Existe regularidade no repasse de informações úteis entre a atividade de inteligência e as equipes operacionais. (V8)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

BLOCO 3 - INTEGRAÇÃO ENTRE INTELIGÊNCIA E OPERAÇÃO

9. A atividade de inteligência contribui para o planejamento das ações operacionais da 14ª CIPM. (V9)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

10. Existe boa comunicação entre os responsáveis pela produção de informações de inteligência e os policiais que executam as ações operacionais. (V10)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

11. A integração entre inteligência e operação ajuda a definir áreas prioritárias de policiamento. (V11)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

12. A atuação operacional da 14ª CIPM se torna mais eficiente quando utiliza informações produzidas pela atividade de inteligência. (V12)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

BLOCO 4 - IMPACTOS NO COTIDIANO OPERACIONAL

13. O uso de informações de inteligência contribui para a redução de ações improvisadas no serviço policial. (V13)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

14. As informações de inteligência ajudam a aumentar a segurança das guarnições durante as ações operacionais. (V14)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

15. A integração entre inteligência e operação melhora a capacidade de prevenção de crimes na área da 14ª CIPM. (V15)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

16. A utilização de dados e informações qualificadas contribui para abordagens policiais mais direcionadas e fundamentadas. (V16)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

BLOCO 5 - DIFICULDADES E LIMITAÇÕES

17. O excesso de sigilo dificulta o aproveitamento das informações de inteligência pelas equipes operacionais. (V17)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

18. A falta de padronização no repasse das informações prejudica a integração entre inteligência e operação. (V18)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

19. A rotina operacional dificulta o uso adequado das informações de inteligência no serviço diário. (V19)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

20. A falta de treinamento específico limita a compreensão e o uso das informações de inteligência pelas equipes operacionais. (V20)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

BLOCO 6 - AVALIAÇÃO GERAL

21. Como você avalia atualmente a integração entre a atividade de inteligência e a ação operacional na 14ª CIPM? (V21)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Muito ruim	()
2 - Ruim	()
3 - Regular	()
4 - Boa	()
5 - Muito boa	()

22. Na sua percepção, qual é o impacto da atividade de inteligência na eficiência das ações operacionais da 14ª CIPM? (V22)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Nenhum impacto	()
2 - Baixo impacto	()
3 - Impacto moderado	()
4 - Alto impacto	()
5 - Impacto muito alto	()

23. Com que frequência as ações operacionais da 14ª CIPM deveriam ser planejadas com base em dados de inteligência? (V23)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Nunca	()
2 - Raramente	()
3 - Às vezes	()
4 - Frequentemente	()
5 - Sempre	()

24. A integração entre inteligência e operação deve ser aprimorada na rotina da 14ª CIPM.

(V24)

Marque uma alternativa	Resposta
1 - Discordo totalmente	()
2 - Discordo parcialmente	()
3 - Nem discordo nem concordo	()
4 - Concordo parcialmente	()
5 - Concordo totalmente	()

QUADRO DE CODIFICAÇÃO PARA TABULAÇÃO DOS DADOS

O quadro abaixo pode ser usado para organizar a planilha de tabulação. Cada variável corresponde a uma pergunta do questionário. Recomenda-se lançar os valores numéricos de 1 a 5, respeitando a alternativa marcada pelo respondente.

Variável	Questão	Tipo de dado	Forma de análise sugerida
V1	Questão 1	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V2	Questão 2	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V3	Questão 3	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V4	Questão 4	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V5	Questão 5	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V6	Questão 6	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V7	Questão 7	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V8	Questão 8	Ordinal	Frequência, percentual e média simples

V9	Questão 9	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V10	Questão 10	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V11	Questão 11	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V12	Questão 12	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V13	Questão 13	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V14	Questão 14	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V15	Questão 15	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V16	Questão 16	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V17	Questão 17	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V18	Questão 18	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V19	Questão 19	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V20	Questão 20	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V21	Questão 21	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V22	Questão 22	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V23	Questão 23	Ordinal	Frequência, percentual e média simples
V24	Questão 24	Ordinal	Frequência, percentual e média simples